

# Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#28 (tomo 2) Jul. 2025

## A TORRE DE CENTUM CELAS



**A Espada de Mouruás**  
arqueologia, património e mitos

**O Forte do Tagarete na II Guerra Mundial**

**Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços**  
uma Ilha de Biodiversidade



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

A torre de Centum Celas, sítio arqueológico classificado como Monumento Nacional desde 1927. Localizado na freguesia do Colmeal da Torre, concelho de Belmonte, constitui ainda hoje um desafio para a investigação e interpretação arqueológica. Na montagem de capa, o céu da imagem original foi tratado com *software* digital.

Foto | © Helena Frade e Elisa Albuquerque.



2.ª Série, N.º 28, Tomo 2, Julho 2025

#### Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada,  
Apartado 603 EC Pragal,  
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

#### Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,  
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

#### Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

**Distribuição** | <http://issuu.com/almadan>;  
[https://zenodo.org/communities/al-madan\\_online](https://zenodo.org/communities/al-madan_online)

**Periodicidade** | Semestral

**Apoios** | Associação dos Arqueólogos Portugueses / ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Almada / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

**Director** | Jorge Raposo  
(director.almadan@gmail.com)

**Publicidade** | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

**A** Arqueologia é (não só, mas também) feita de memórias... de sítios, de objectos, de pessoas.

O artigo que nesta edição justifica o destaque de capa ilustra-o bem, ao evocar uma investigadora que nos deixou prematuramente, Helena Frade (1957-2014 †), ao mesmo tempo que recorda um dos sítios que marcou a sua formação académica (foi tema da dissertação de mestrado em Arqueologia que apresentou à Universidade de Coimbra, em 2002) e enriqueceu a sua carreira profissional, a *villa* romana de Centum Celas (Belmonte), onde escavou na década de 1990. Num terceiro plano, lembra ainda materiais arqueológicos exibidos em exposição dedicada a esse sítio, em 2008, publicando finalmente o catálogo então preparado por Helena Frade e Elisa Albuquerque, que permaneceu inédito até esta última o transformar no que hoje podemos ler nas páginas da *Al-Madan Online*.

Construída originalmente em meados do século I como imponente casa de família abastada, Centum Celas foi residência e espaço de apoio a trabalhos agrícolas durante mais de um milénio, com sucessivas transformações e adaptações antes do progressivo abandono e degradação na Idade Média. A parte central e mais elevada da casa resistiu à ruína e deu-lhe o aspecto de “torre” que tem desde o século XIII, pelo menos, induzindo múltiplas interpretações quanto à sua cronologia e funcionalidade. O Prof. Jorge de Alarcão descreveu muito bem esse processo em obra de 2019, *A Torre de Centum Celas (Belmonte)*, edição ArqueoHoje Ld.ª apoiada pelo Município de Belmonte (ISBN 978-989-54407-0-2), em estudo enriquecido com os desenhos de arquitectura de José Luís Madeira e as fotografias de Pedro C. Carvalho. Um livro pequeno, mas fundamental para perceber um sítio arqueológico que vale a pena visitar, não se restringe ao que resta da antiga casa romana e ainda tem muito a revelar, como tantos outros no nosso país. Sítios, objectos e pessoas que merecem ser conhecidos, integrados nas nossas memórias sociais e valorizados na prática da gestão patrimonial presente e futura.

Felizmente, a reflexão teórica e a investigação aplicada ao Património cultural enfrentam esse desafio com empenho e engenho, numa perspectiva progressivamente multidisciplinar e multitemática que caracteriza a comunidade científica e está bem patente na diversidade de trabalhos que ora publicamos. Do enquadramento legislativo e epistemológico à apresentação de diferentes “terrenos” e objectos patrimoniais, com abordagens mais clássicas ou abertas às novas tecnologias e às preocupações ambientais, tudo pode ser encontrado nas próximas páginas desta revista e certamente proporcionará boas leituras. Votos de que assim seja!

Jorge Raposo, 15 de Julho de 2025

#### Conselho científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,  
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva  
e Carlos Tavares da Silva

**Resumos** | Autores e Jorge Raposo  
(português), Luísa Pinho (inglês)  
e Maria Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de  
imagem e paginação electrónica** |  
Jorge Raposo

**Revisão** | Autores e Fernanda Lourenço

**Colaboram neste tomo** |  
Elisa Albuquerque, Nelson J. Almeida,  
Diogo Amaro, João Barreira, Luís  
Borges, Daniela F. Cabral, Fábio R.

Calippo, Mafalda Capela, Guilherme  
Cardoso, Vera Cardoso, Tânia M.  
Casimiro, Diniz Cortes, Cláudia  
Costa, Sara Cura, Diogo T. Dias, José  
d'Encarnação, Allysson A. de Farias,  
Jorge Feio, António B. Fernandes,  
Graça Filipe, Helena Frade †, José P.  
Francisco, Marcos T. E. Frota, Cristina  
Gameiro, Vanessa Gaspar, Sérgio  
Gomes, Gerardo V. Gonçalves,  
Mauro Hilário, Vitor O. Jorge,  
Sebastião L. de Lima Filho, Tânia  
Matias, Leonor Medeiros, Pedro H.  
Melo, Rúben Mendes, Victor Mestre,  
Alexandre Monteiro, Bruna Monteiro,

Manoel O. de Moraes Filho, José L.  
Neto, Nuno Oliveira, Pedro Parreira,  
Dina B. Pereira, Franklin Pereira,  
Magda Peres, Cláudia R. Plens,  
Ana Rosa, Anna Rufã, Fábio Soares,  
André Tomé, Ana Vale, António  
C. Valera e Paloma Zazueta  
Gutiérrez

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

EDITORIAL... 3 ▶

CRÓNICAS

Pôr a Questão |  
José d'Encarnação... 6 ▶



Arqueologia, Antropologia e  
Arquitetura Vernácula: contributo  
para uma investigação conjunta |  
Victor Mestre... 12 ▶

Um Processo Infinito:  
separar, ligar, voltar a separar,  
e assim sucessivamente |  
Vítor Oliveira Jorge... 9 ▶

ARQUEOLOGIA

A Torre de Centum Celas:  
catálogo de uma exposição |  
Helena Frade † e Elisa  
Albuquerque... 16 ▶



A Arqueologia na  
Reabilitação Urbana:  
o caso da Igreja de São  
João Baptista | Vanessa  
Gaspar... 32 ▶



OPINIÃO

Salvaguarda do Património Arqueológico e  
Incumprimento das Condicionantes Estabelecidas  
pela Administração do Património Cultural:  
que quadro legal para medidas de carácter compensatório  
a aplicar no âmbito de operações urbanísticas? |  
António Batarde Fernandes... 44 ▶

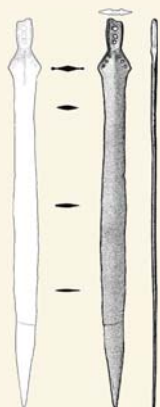
Do Discurso Hegemónico à  
Prática Social: uma reavaliação do  
valor do Património arqueológico |  
José Paulo Francisco... 55 ▶



Do Estranho Caso da Cerâmica  
Orientalizante à Dispersão de Espólios  
Arqueológicos: um dilema com solução? |  
Nuno Oliveira... 67 ▶

Em Torno da Criança na  
Arqueologia: apontamentos |  
Ana Rosa... 63 ▶

ESTUDOS



A Espada de Mouruás: Arqueologia,  
Património e mitos na Galiza  
pré-romana | Gerardo Vidal  
Gonçalves, Dina Borges Pereira  
e Rúben Mendes... 70 ▶

Vidro Solarizado ou a  
Inesperada História de um  
Achado Arqueológico | Leonor  
Medeiros... 81 ▶



Produção Cerâmica da Ilha  
Graciosa, Açores | José Luís  
Neto, Luís Borges, Magda  
Peres, Pedro Parreira e Tânia  
Manuel Casimiro... 88 ▶

Do Romano para o Visigótico:  
ara funerária romana transformada  
em lintel de janela decorada com  
arte cristã de época visigótica  
(São João dos Azinhais, Torrão) |  
Jorge Feio... 99 ▶



## ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Considerações sobre o Projeto Piloto de Arqueologia e Antropologia Forenses na “Casa dos Horrores” de Maranguape, Estado do Ceará, Brasil | Sebastião Lacerda de Lima Filho, Cláudia Regina Plens,

Marcos Tadeu Ellery Frota, Allysson Allan de Farias e Manoel Odorico de Moraes Filho... 104 ▶



Processos Formativos do Sambaqui da Baía no Litoral do Piauí, Nordeste do Brasil | Pedro Henriques

Santos Gaspar Melo, Flávio Rizzi Calippo, Sebastião Lacerda de Lima Filho e Manoel Odorico de Moraes Filho... 109 ▶

## PATRIMÓNIO

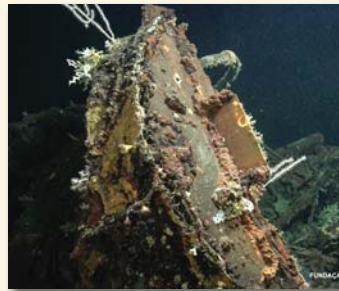


Vestígios da Neutralidade: o forte do Tagarete na II Guerra Mundial | Diogo Teixeira Dias e Daniela Frias Cabral... 117 ▶

Entre o Arquivo e a Memória: a tentativa de reconstrução histórica da Quinta da Alegria, na freguesia de Oliveira do Douro, em Vila Nova de Gaia | Fábio Soares... 126 ▶



Destruços de Guerra no Açores Durante as Guerras Mundiais | Alexandre Monteiro, José Luís Neto, Luís Borges e Pedro Parreira... 146 ▶



## NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

O Projecto *Paisagens Ancestrais, Recintos Cerimoniais de Terras do Guadiana* | António Carlos Valera e Mafalda Capela... 170 ▶

Picão 2 | António Chényey... 174 ▶

O Altar Tipo Panónio da Herdade de Fontalva, Concelho de Elvas | Vera Cardoso e Guilherme Cardoso... 175 ▶

## EVENTOS

Artes do Couro no Medievo Peninsular - Parte 6: artefactos do reino de Granada | Franklin Pereira... 153 ▶



Dos Sítios, das Artes e das Noites Megalíticas: a exposição | Nelson J. Almeida, Diniz Cortes, Tânia Matias, João Barreira e André Tomé... 177 ▶

*Workshop* Educação, Democracia e Arqueologia | Cristina Gameiro, Sérgio Gomes, Ana Vale e Sara Cura... 179 ▶

I Encontro Ibérico de Arqueologia de Género | Ana Vale e Paloma Zazueta Gutiérrez... 181 ▶

O ICArEHB Recebeu a 66.ª Conferência da Sociedade Hugo Obermaier na Universidade do Algarve | Cláudia Costa e Anna Rufã... 183 ▶

Agenda de Eventos... 184 ▶

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços: uma Ilha de Biodiversidade | Bruna Monteiro, Diogo Amaro, Mauro Hilário e Graça Filipe... 163 ▶



## LIVROS & REVISTAS

Revisitando o Papel da Cidade no Ocidente Romano | José d'Encarnação... 185 ▶

Novidades editoriais... 187 ▶

## RESUMO

Breve apresentação da produção cerâmica na ilha Graciosa, contextualizada com outras produções do mesmo tipo no arquipélago dos Açores. Foram identificados dois ciclos produtivos mais relevantes: de loiça comum para consumo local, entre 1915 e 1986, a partir de argilas da ilha de Santa Maria; e de telhas para consumo local e em outras ilhas, entre as décadas de 1830 e 1970, aqui com recurso a argilas da própria Graciosa. Conhecer e tentar compreender esta cerâmica é uma oportunidade de aprender, mesmo que parcialmente, realidades vividas pelas pessoas que a produziram, comercializaram e usaram.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Contemporânea; Cerâmica; História Local; Açores.

## ABSTRACT

Brief presentation of ceramic production on the Graciosa island within the context of similar productions on the Azores archipelago. Two more relevant production cycles were identified: coarse ware for local consumption, between 1915 and 1986, made from Santa Maria island clay; and tiles for local and other island consumption, between 1830 and 1970, made from local (Graciosa) clay. Knowing and trying to understand these ceramics is an opportunity to learn, even if only partially, the reality experienced by the people who produced, traded and used them.

KEY WORDS: Contemporary age; Ceramics; Local history; Azores.

## RÉSUMÉ

Brève présentation de la production céramique sur l'île de Graciosa, contextualisée par d'autres productions du même genre sur l'archipel des Açores. Ont été identifiés deux cycles productifs plus significatifs : de vaisselle courante destinée à un usage local, entre 1915 et 1986, à partir d'argiles de l'île de Santa Maria ; et de tuiles destinées à un usage local et à d'autres îles, entre les décennies de 1830 à 1970, avec le recours ici à des argiles issues de Graciosa même. Connaître et essayer de comprendre cette céramique représente une opportunité d'apprendre, même partiellement, des réalités vécues par les personnes qui l'ont produite, commercialisée et utilisée.

MOTS CLÉS: Époque contemporaine; Céramique; Histoire Locale; Açores.

# Produção Cerâmica da Ilha Graciosa, Açores

José Luís Neto <sup>1</sup>, Luís Borges <sup>1</sup>, Magda Peres <sup>2</sup>,

Pedro Parreira <sup>1</sup> e Tânia Manuel Casimiro <sup>1</sup>

*“Fecharam os telhais. Com os prenúncios de Outono, as primeiras chuvas encheram de frémitos o lodaçal negro dos esteiros, e o vento agreste abriu nos traços dos garotos, num arrepio de águas e de corpos. Também sobre os fornos e engenhos perpassou lufada desoladora, que não deixava o fumo erguer-se para o alto. Que indústria como aquela queria vento, é certo; mas sol também. Vento para enxugar e sol para calcinar – sentenciavam os mestres. Mas o sol andava baixo: não calcinava o tijolo, nem as carnes juvenis da malta. Menos por isso que pela fraqueza das vendas, os patrões não quiseram arriscar mais dinheiro nas fornadas. – Ano mau... Todos os anos se dizia o mesmo. Desde que apareceu a telha francesa, e o bloco de cimento levou tudo de mal a pior.”*

Soeiro Pereira Gomes, in *Esteiros* (1941), obra dedicada “aos filhos dos homens que nunca foram meninos”.

## INTRODUÇÃO

A produção de cerâmica, tanto a de loiça, como a arquitetónica, tem-se revelado relevante na evolução da Humanidade. É atividade manufatureira tão antiga, que se lhe pode traçar a sua génese ao Neolítico, coexistindo com o ser humano desde a sua intenção de sedentarização, não deixando de se revelar de fundamental importância em qualquer dos demais períodos da evolução civilizacional no território peninsular, e ainda hoje é determinante matéria-transformada que se encontra omnipresente nos nossos quotidianos. Compreender as suas diversas evoluções, origens e tipologias de produção, é ter a possibilidade de aceder à diversidade das comunidades humanas, que se espelham nas circunstâncias das matérias-primas acessíveis, mas também, e essencialmente, nos determinantes económicos, tecnológicos e culturais de cada comunidade singularmente perspetivada, num determinado período. Nesse sentido, conhecer e tentar compreender a produção cerâmica da ilha Graciosa, localizada no arquipélago dos Açores, é uma oportunidade de aprender, mesmo que parcialmente, realidades vividas por esse grupo de pessoas, que habitaram essa ilha, durante um determinado período que é o da sua produção.

<sup>1</sup> Arqueólogo(a).

<sup>2</sup> Historiadora.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-03-20.

## BREVE DESCRIÇÃO DA ILHA

A Graciosa é a ilha mais setentrional do Grupo Central e fica localizada no extremo ocidental do Rift da Terceira. Tem uma área da ordem dos 61,6 km<sup>2</sup>. Alongada segundo a direção Noroeste-Sudeste, apresenta um comprimento máximo de cerca de 13 km e uma largura de 7 km. É certo que, no início da década de 1440, por determinação do então donatário das ilhas, o Infante D. Henrique, já havia sido lançado gado miúdo na ilha, criando condições para um futuro povoamento. O primeiro grupo de povoadores de que há notícia, enviados com sanção oficial do donatário, foi liderado por Vasco Gil Sodré, um “homem-bom” natural de Montemor-o-Velho, que chegou à ilha acompanhado pela família e criados em meados da década de 1450. Estabeleceram-se no Carapacho, uma zona de costa baixa e abrigada no extremo sudoeste da ilha, local onde terão aportado. Dada a baixa fertilidade dos solos nesse local e a sua vulnerabilidade em relação ao mar, o povoamento foi deslocado para o interior. Poucos anos depois, o principal núcleo populacional estava estabelecido na costa norte da ilha, aproveitando as facilidades de desembarque que as calhetas da Barra e de Santa Cruz ofereciam, e a facilidade com que era possível escavar poços de maré junto ao litoral, nascendo o povoado de Santa Cruz.

A ilha foi povoada recorrendo ao sistema de “dadas”, pelo qual os capitães do donatário entregavam parcelas de terra aos “homens-bons” que as solicitassem e se comprometessem a desbravá-las num período máximo de dois a cinco anos, resultando num rápido aumento demográfico. Em 1486, Santa Cruz foi elevada a vila e sede de concelho, abrangendo todo o território da Graciosa e, com ele, as duas paróquias então existentes: a de Santa Cruz e a de São Mateus da Praia. Posteriormente, em 1546, o lugar de São Mateus da Praia também recebeu carta de foral. Com a criação do segundo concelho ficou completa a estruturação administrativa da ilha: o concelho de Santa Cruz, abrangendo a vila do mesmo nome e os lugares da zona plana da metade noroeste da ilha, que constituem a atual freguesia de Guadalupe; e o concelho da Praia, abrangendo a vila do mesmo nome e os povoados do sul, integrados na atual freguesia da Luz. O concelho da Praia foi extinto, em 1855, sendo o seu território integrado no concelho de Santa Cruz.

O povoamento e a economia da Graciosa foram baseados na agricultura, na pecuária e no plantio da vinha. Dada a fertilidade do solo e a orografia favorável, desde o século XVI, a ilha já exportava trigo, cevada, vinho e aguardente, mantendo comércio com a Terceira.

## HISTÓRIA DE PRODUÇÃO

No arquipélago dos Açores, a produção cerâmica centra-se nas ilhas de Santa Maria (ilha que dispõe das melhores argilas), de São Miguel e da Terceira, mas rastreiam-se produções igualmente nas demais ilhas do grupo central (onde se insere a Graciosa) e na ilha das Flores, do grupo ocidental, sendo que apenas a ilha do Corvo não teve produção até agora conhecida.

No que respeita à gênese das produções cerâmicas na ilha Graciosa, Félix José da Costa (1819-1877) ofereceu a primeira referência à atividade no ano de 1845, quando escreveu que: “*Há cincuenta annos havia uma fabrica de louça de barro que pouco durou*” (COSTA, 1845: 115). Apenas com base nesse lacónico comentário, desde então tem-se reiteradamente atribuído a gênese da produção cerâmica graciosense à centúria de setecentos. Efetivamente, cinquenta anos antes deu-se a crise oleira na vizinha ilha Terceira<sup>1</sup>, mas esta não justificou a migração de oleiros desta para a Graciosa. Analisando fontes documentais, particularmente entre 1799 e 1850, Paulo Lopes Matos, a partir dos *róis de confessados*, registou três oleiros, dois na Vila de Santa Cruz e um outro, habitante no campo, mas somente para o ano de 1835. É mais razoável associar a migração de oleiros para a Graciosa no contexto da guerra civil e da regência de Angra, entre 1828 e 1832, quando o arquipélago esteve a ferro e fogo, principalmente nas ilhas Terceira, São Miguel e Faial, evitando circunscrições militares, as batalhas, e tendo tempo e espaço para um tipo de produção que, mesmo com a guerra, continuava a ser imprescindível aos lares açorianos. Deste primeiro surto oleiro, nada até agora se encontrou.

Todavia, Félix José da Costa acrescenta também para esse ano de 1845, que: “*Actualmente na villa da Praia existem vários fornos de telha, estabelecidos nas terras da Lagoa, donde sae aquella que se gasta em toda a ilha, e a que se vende para o Faial, e Pico, e alguma para S. Jorge e Terceira*” (RIBEIRO, 1996: 70-71). Eduíno Borges Garcia informa-nos que a telha da Graciosa também foi exportada para a ilha das Flores. Estamos con-

<sup>1</sup> “Nos finais do século XIX, verificou-se uma enorme falta de moeda nos Açores e, sobretudo, na cidade de Angra. Este facto quase paralisava a indústria artesanal, sobretudo a do calçado. Os couros do gado vacum eram extremamente bem pagos e verificava-se falta daquele material. Com a falta deste género, especulavam os chamados atravessadores, comprando os couros por preços irrisórios no campo, para em seguida vendê-los por quantias exorbitantes na cidade. Nesta situação penosa de exploração premeditada, algumas pessoas associavam-se para trocarem couros por barro da ilha de Santa Maria. [...] O oleiro José Pampede dava conta desta situação em 1794, afirmando que pela notória falta de barro, matou três réses e pretendia com os couros prover as necessidades de sua casa e mandar vir barro de Santa Maria. [...] Desta forma, o barro usado na olaria rareava na Terceira. [...] Processava-se, assim, na Terceira devido à escassez de barro para manufacturar, uma espécie de negócios clandestinos que fazia com que alguns astuciosos granjeassem grandes lucros. Os oleiros praticavam, no final desta centúria, preços exorbitantes, valendo-se da procura das pessoas. Estes mestres de officio foram obrigados a fazer uma relação da louça fabricada, para em seguida os almotacés, a distribuírem proporcionalmente pela população aos preços tabelados. No entanto, alguns oleiros desobedeciam ao regimento, para, posteriormente, venderem a louça a um preço superior” (RIBEIRO, 1996: 70-71).

victos ser esta a razão para a existência de um oleiro a morar no campo, pois quase certamente esteve associado ao desenvolvimento deste tipo de produção.

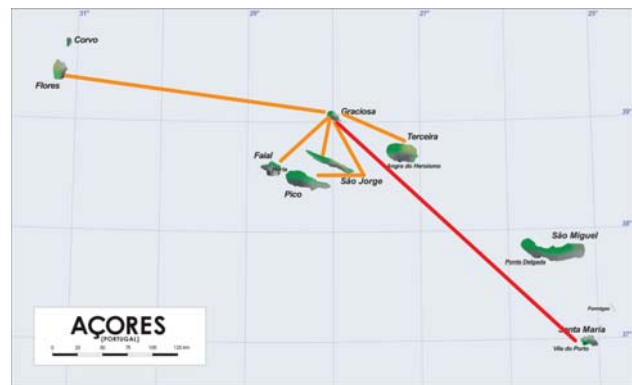
António Borges do Canto Moniz (1846-1949), na descrição que da ilha fez, publicada originalmente em 1884, alude muito vagamente a uma hipotética produção oleira, mas refere concretamente a indústria dos telhais, seus contemporâneos, quando diz: “Um outro ramo de commercio consiste na exportação de telha, tijolos e sabão para as ilhas vizinhas. [...] Actualmente limita-se a uns fornos de telha e de cal” (MONIZ, 1981: 200). Tal não é confirmado no *Almanaque Insulano*<sup>2</sup>, para 1875, que testemunha a existência de quinze telhais para a Lagoa, que produziam anualmente um milhão de telhas. Se em 1887 somente se registaram três telhais (SOUSA, 2000: 146), no *Inquérito Industrial de 1890* (vol. V, pp. 297-386), recenseiam-se catorze pequenos estabelecimentos de cerâmica (IDEM: 145), com uma média de dez funcionários por telhal (RIBEIRO, 1996: 74), um junto à Barra, próximo de Santa Cruz, e os demais na Lagoa, junto à Praia.

Os telhais continuaram ininterruptamente a sua produção, concentrando-se nos lugares da Lagoa, Rochela e Fonte do Mato, junto à Vila da Praia, até 1968, altura em que António de Brum Ferreira os declara em profunda decadência, incapazes de competir com a telha industrial micaelense, a continental, o fibrocimento e as placas de alumínio, que haviam tomado o mercado, tanto no grupo central, como mesmo dentro da própria ilha. Acresceu o surgimento da atividade económica da apanha de algas (sargaço, transformado em fertilizante, destinado ao uso agrícola), que lhe retirou a mão-de-obra, pois tratava-se de tarefa menos custosa e que oferecia melhor rendimento aos jornaleiros. Se vinte anos antes se mantinham cerca de dez telhais, em 1964 já trabalhavam somente quatro (FERREIRA, 1987: 119). Subsistiram mais uns anos, pois que, em 1972, Eduíno Borges Garcia ainda os dá em laboração vigorosa (GARCIA, 1972). Em 1990, Rui Sousa de Martins declara-os extintos (MARTINS, 1996: 17).

O segundo surto oleiro foi registado por Eduíno Borges GARCIA (1972), informando que, por volta de 1915, um oleiro oriundo da ilha de São Miguel<sup>3</sup>, de seu nome Manuel Joaquim dos Canos, se mudou para a Graciosa e aí produziu loiça de barro, tendo ensinado o ofício a João Teotónio Félix, segundo mestre oleiro, que produziu até 1986 (FERNANDES, 2009).

<sup>2</sup> A. Gil e Augusto Ribeiro e F. J. Moniz Bettencourt (1874) – *Almanach Insulano para Açores e Madeira. Estatístico, Histórico e Literário para o Ano 1875*, Angra do Heroísmo, ed. autor, p. 86 ou 87, citados por RIBEIRO, 1996: 72.

<sup>3</sup> Eduíno Borges Garcia dá-o como oriundo da ilha Terceira, mas tal foi revisto pelos autores posteriores, que o afirmam micaelense.



FIGS. 1 a 3 – Ilha Graciosa. De cima para baixo:

1. Importação de barro (a vermelho) e exportação de telha (a laranja);
2. Localização de barreiros, olarias e telhais;
3. Ortofotomapa da localização da olaria de Teutónio Félix.

## MÉTODOS DE PRODUÇÃO E PRODUTOS

No que respeita à produção oleira do segundo surto, a olaria ficava localizada na servidão poente do Largo Dr. João Maria Jardim, n.º 70, da Vila da Praia. João Teotónio Félix, foi entrevistado por Almeida LANGHANS (1988: 185-191), em 1988, o que nos oferece importante informação. Aquando da realização dessa entrevista a olaria ainda dispunha da roda, do forno e dos demais espaços e instrumentos para o trabalho do barro. João Teotónio Félix diz ter nascido em 1918, afirma ter aprendido ali com o mestre Manuel Joaquim, de quem herdaria a olaria e a casa.

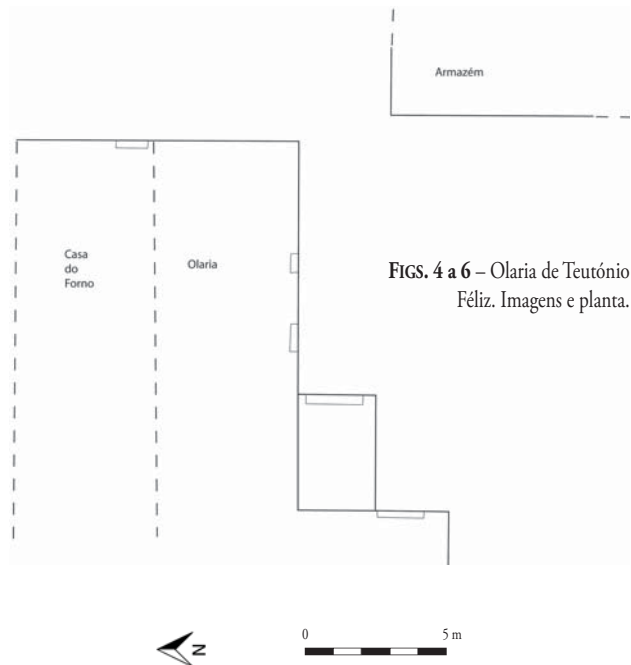


Trabalhava com o barro de Santa Maria, pois que o barro da Graciosa é jurado pelo oleiro como muito ordinário. Na olaria, o que mais produzia eram alguidares, mas também fazia avoados, talhões, salgadeiras, púcaros, canadas, panelas para gordura, uma tigela para tender pão e mais coisas. Acabaria por abandonar a olaria em 1986 porque: *“estava impossível de poder vender a loiça pelo preço que ela chegava. Tudo subiu e isto teve um grande contra que foi o plástico, de forma que se deixava de vender. As pessoas não iam deixar uma coisa em plástico mais bonitinha, vermelha e azul, para pegar num barro grosseiro que não tinha uma visão bonita e que se partia”* (LANGHANS, 1988: 185-191).

Até 2015, a ilha Graciosa não possuía qualquer registo no âmbito do Património arqueológico nacional, ano em que se realizou uma primeira campanha de prospeção, que localizou 46 sítios, terrestres e subaquáticos. Foi a última ilha do arquipélago a receber arqueólogos, talvez mesmo o derradeiro local do país. De 2019 foi a primeira intervenção arqueológica aí realizada (NETO, BORGES e CASIMIRO, 2022). O Museu da Graciosa dispõe de uma coleção de cerâmica da olaria da Praia, e foi nessa ocasião que realizámos o seu registo. Tivemos igualmente a oportunidade de observar a antiga olaria, mas esta encontrava-se destelhada e tomada pela vegetação, em acelerado processo de ruína. As peças então analisadas foram tigelas, jarros, talhões, bilhas, regadores, salgadeiras, panelas, potes e garrafas.

No que respeita à produção cerâmica modelada, utilizavam-se as argilas locais, provenientes do barreiro localizado na base da vertente oriental da Serra das Fontes, a que, a partir de 1953, se juntou a exploração de um outro na parte sudoeste do fundo da Caldeira (FERREIRA, 1987: 117). O método de produção da telha foi descrito por António de Brum Ferreira, que pessoalmente o testemunhou.

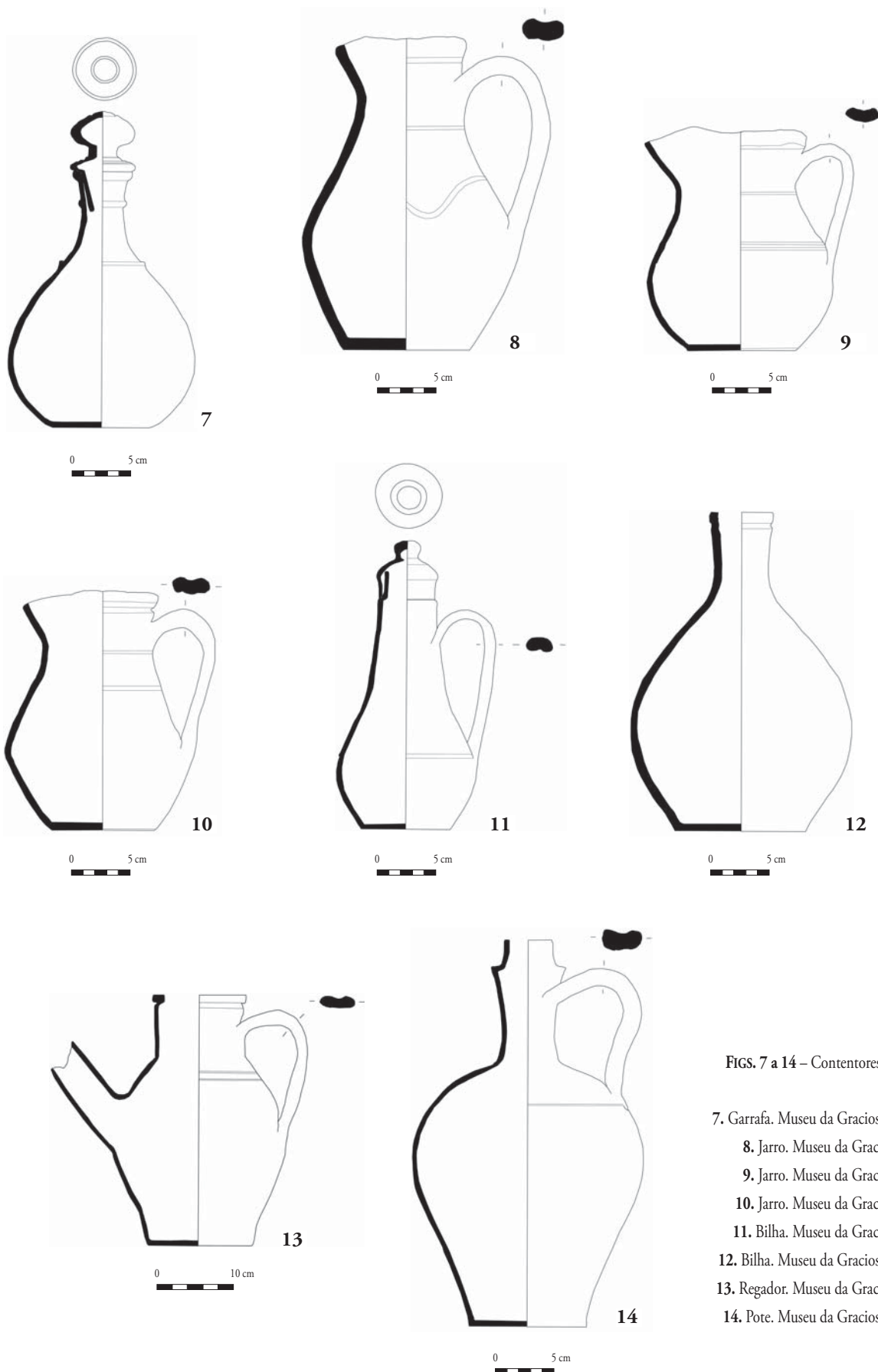
*“A telha fabrica-se nas eiras. O amassador consiste num recinto circular, com cerca de 3 metros de diâmetro, calcetado e rodeado de lajes dispostas verticalmente. O barro é amassado à pata de gado. O sombreiro é uma oficina rudimentar; um pequeno abrigo de paredes de pedra sem reboco ou caiação e coberto de telha, onde trabalham três operários que formam o banco. Um deles aceba (rola em areia) uma quantidade exata de barro, fazendo com ela um pão em forma de cilindro. Outro bate o pão numa marca (caixa de madeira, rasa e trapezoidal) coberta de cinza de borralho.*



FIGS. 4 a 6 – Olaria de Teutónio Félix. Imagens e planta.

DESENHO: Luís Borges / Mágda Peres.

*Finalmente, um terceiro descansa a delgada bolacha numa forma chamada gualdarope, passa-lhe um pouco de água por cima e vai levar a telha verde (fresca) ao pátio, retirando cuidadosamente o gualdarope. Estas operações são bastante rápidas. Um banco bem treinado pode fabricar cerca de 1500 telhas por dia. O pátio é uma superfície plana de terra batida e revestida de areia fina, onde se pode estender ao sol o total das telhas fabricadas por um banco num dia. A telha verde fica ao ar livre até receber doze horas de sol. Só então pode ser recolhida nas barracas, à noite ou durante os dias de chuva. A barraca é um edifício alongado onde se dispõem as telhas cruas em pengas, isto é, em séries de três ou quatro fiadas sobrepostas. A telha que deu entrada pela primeira vez na barraca ainda vem ao sol mais três dias e só então fica apta para ir ao forno. Esta telha é posta a secar nos secadores, em tudo semelhantes aos pátios. O forno é uma construção circular de pedra, coberta com telha. Tem dois andares, separados por um estrado de pedra*



DESENHOS: Luís Borges / Magda Peres.

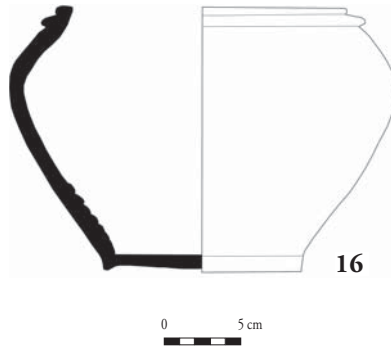
FIGS. 7 a 14 – Contentores de líquidos.

- 7. Garrafa. Museu da Graciosa. MG1594.
- 8. Jarro. Museu da Graciosa. MG33.
- 9. Jarro. Museu da Graciosa. MG66.
- 10. Jarro. Museu da Graciosa. MG67.
- 11. Bilha. Museu da Graciosa. MG70.
- 12. Bilha. Museu da Graciosa. MG8280.
- 13. Regador. Museu da Graciosa. MG75.
- 14. Pote. Museu da Graciosa. MG8335.



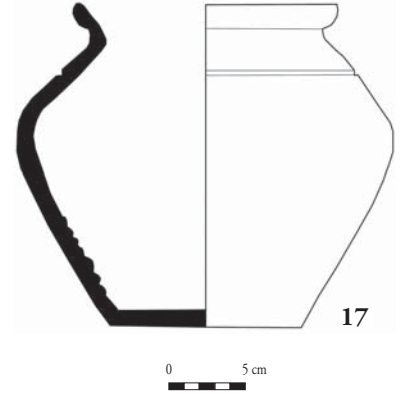
15

0 5 cm



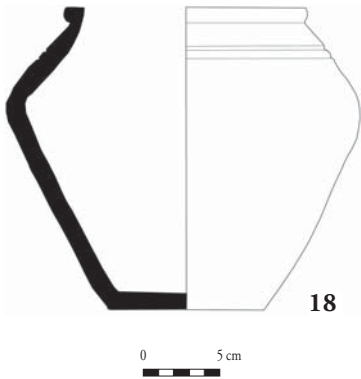
16

0 5 cm



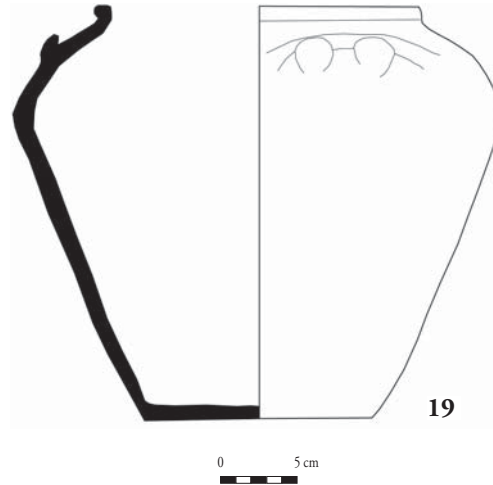
17

0 5 cm



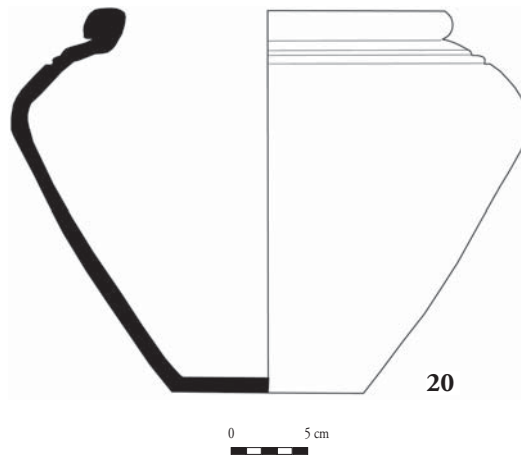
18

0 5 cm



19

0 5 cm



20

0 5 cm

DESENHOS: Luís Borges / Pedro Parreira.

FIGS. 15 a 20 – Peças de coção.

15. Panela. Museu da Graciosa. MG861.

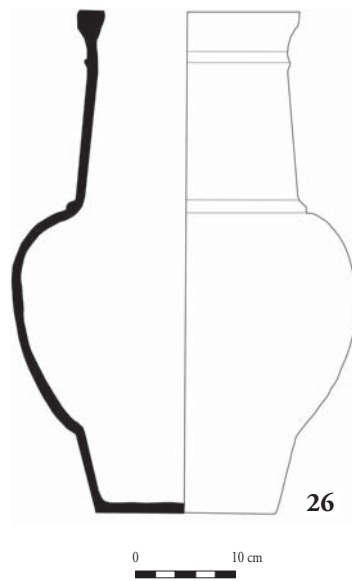
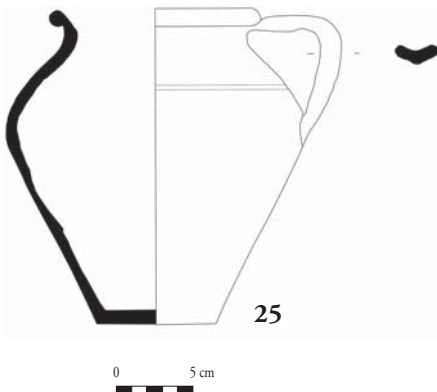
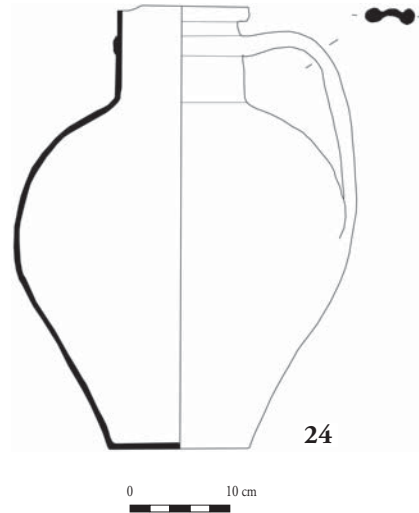
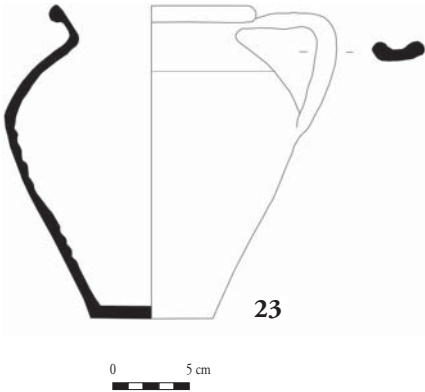
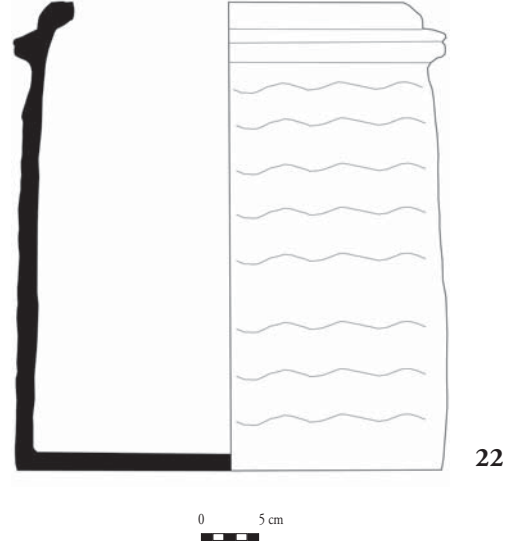
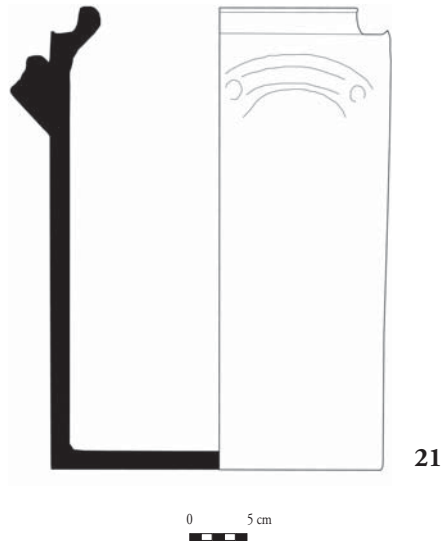
16. Panela. Museu da Graciosa. MG883.

17. Panela. Museu da Graciosa. MG1346.

18. Panela. Museu da Graciosa. MG1605.

19. Panela. Museu da Graciosa. MG1725.

20. Panela. Museu da Graciosa. MG2156.



FIGS. 21 a 26 – Peças de armazenamento.

- 21. Salgadeira. Museu da Graciosa. MG372.
- 22. Salgadeira. Museu da Graciosa. MG866.
- 23. Pote. Museu da Graciosa. MG1361.
- 24. Pote. Museu da Graciosa. MG1505.
- 25. Pote. Museu da Graciosa. MG1602.
- 26. Talhão. Museu da Graciosa. MG64.

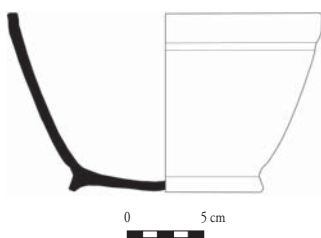


FIG. 27 – Peça de mesa.  
Tijela. Museu da Graciosa. MG17.

DESENHOS: Luís Borges / Magda Peres.

desconjuntada. O andar inferior leva apenas cerca de 3000 telhas, por cima das quais se põe a lenha. É no andar superior que fica a maior da telha, que é também a de construção mais perfeita.

A quantidade laborada de cada vez chama-se 'fornada' e corresponde à capacidade do forno, ou seja uma média de 25 000 telhas. O enfornar é uma operação delicada, mas é o aquecimento do forno que exige mais perícia e acarreta maior responsabilidade. Esta tarefa dura vinte e quatro horas consecutivas. O forno é alimentado, simultaneamente, por três ou quatro operários, substituídos de hora a hora. Nesta operação gastam-se cerca de 400 molhos de lenha, no valor de 1000\$. As telhas são desenforradas cinco dias depois.

A indústria da telha é, assim, bastante rudimentar. A secagem da telha crua, sendo feita ao sol, coloca o fabrico na dependência das condições do tempo. Se as telhas verdes apanham chuva, voltam ao amassador; o aquecimento do forno também se não pode fazer debaixo de água. Por isso mesmo, a época de fabrico ocupa apenas a Primavera e o Verão. Nem todas as telhas saem do forno em boas condições: algumas ficam tortas, outras rachadas ou malcozidas. Estas são muito mal pagas e servem apenas para cobrir anexos das habitações. As telhas normais são vendidas a 400\$ cada milheiro.

O fabrico da telha realiza-se geralmente em regime de parceria: os operários dão a mão-de-obra e metade da lenha consumida e o dono concorre com as restantes despesas. Os lucros são depois divididos a meias; às vezes divide-se a telha fabricada e cada uma das partes trata da sua venda. Há também uma outra modalidade de exploração em que os operários são pagos à jorna (25\$ a 30\$). Boa parte destes jornaleiros são oriundos da freguesia da Luz” (FERREIRA, 1987: 117-119).

No processo de produção recorria-se tanto a homens, como a mulheres<sup>4</sup>. O pico da produção era em agosto e em setembro. Nos telhais, fizeram-se também alguns artefactos de barro modelados (MARTINS, 1996: 14; MARTINS, 1999: 243-257), ou seja, recorrendo exclusivamente à habilidade manual, com auxílio de instrumentos rudimentares<sup>5</sup>. Desta pequena indústria de telha subsistia, em 2015, localizado a sul do cruzamento da estrada do porto e a variante da estrada de Santa Cruz, em mau estado de conservação, um antigo forno de telha desativado, o Forno de telha da Praia 1 e, junto deste, o Forno de telha da Praia 2,

igualmente em mau estado de conservação, um antigo forno de telha desativado, todavia, em melhor estado que o forno 1 e ainda com ruínas dos edifícios de apoio. Na Lagoa, localizado no lote habitacional a oeste da estrada principal, na sua interceção com a Estrada Real n.º 6, encontra-se um antigo forno de telha junto ao muro de limite da propriedade. O forno é de planta aproximadamente circular, tem duas câmaras e o acesso a cada uma faz-se pelas bocas situadas em posições opostas. A câmara inferior destinava-se à combustão, enquanto a superior, mediante grelhas, era para a cozedura das peças. As grelhas são lajetas de pedras paralelas entre si. O imóvel é construído em alvenaria de pedra à vista e tinha uma cobertura de duas águas em telha de meia-cana tradicional. A este denominámos Forno de telha da Lagoa 1. Em relativa proximidade, encontram-se o Forno de telha da Lagoa 2 e o Forno de telha da Lagoa 3, em melhor estado de conservação que os da Praia. No Museu da Graciosa pudemos observar telhas e uma forma de bolo modelada.

## CONCLUSÃO

Existiram dois tipos de produção cerâmica na ilha Graciosa.

Uma oleira, que se desenvolveu em dois surtos. O primeiro, muito curto, apontado como tendo tido influência da ilha Terceira, é situável na década de trinta do século XIX e não teve sucesso. O segundo, mais longo, com Manuel Joaquim dos Canos e João Teotónio Félix, teve influência da ilha de São Miguel, laborando entre 1915 e 1986 na produção de loiça de cerâmica comum, produzida a partir de argilas de Santa Maria para consumo no mercado local.

O segundo tipo de produção cerâmica foi a modelada, realizada em telhais onde se faziam telhas de meia-cana e algumas raras peças modeladas. Cronologicamente situável entre a década de trinta do século XIX e a década de setenta do século XX, essa cerâmica era produzida a partir de argilas da Graciosa, para consumo no mercado local, bem como para exportação para as ilhas Terceira, São Jorge, Pico e Faial, exclusivamente no grupo central. 🏰

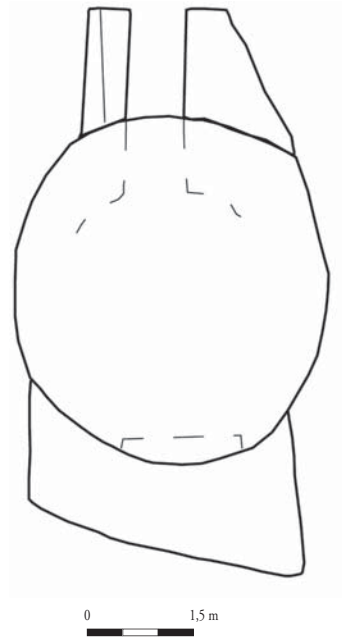
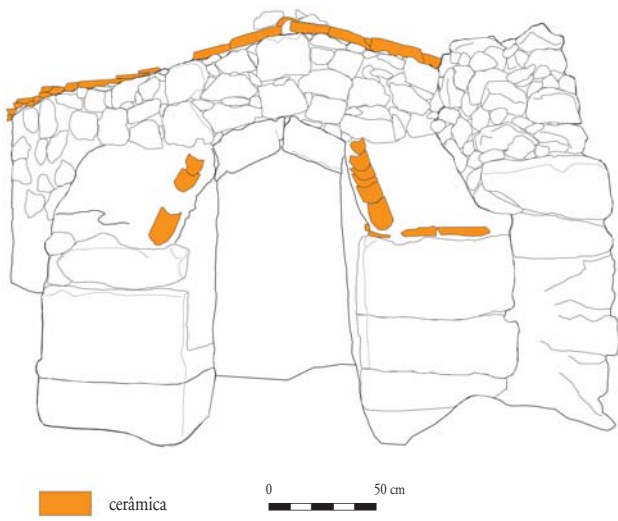
<sup>4</sup> “O trabalho feminino consistia em arear o pátio de secagem, ajudar a pôr as telhas ao sol, a recolhê-las, a enfornar, a desenfornar e, eventualmente, em sovar o barro e até moldar a telha, constituindo, de forma direta ou indireta, uma fonte de rendimentos para grupos familiares sem terras ou com atividade agrária residual. Este trabalho temporário

nos telhais assumia-se como atividade principal relativamente às caseiras, às quais dedicavam menos tempo” (MARTINS, 1996: 14).  
<sup>5</sup> “Modelaram-se recipientes (testos) destinados à água de molhar a telha durante a moldagem e outros para cozer o bolo (cozideiras), assar carne, lavar as mãos e os pés, deitar água às galinhas, alimentar porcos e leitões e,

mais raramente para beber água (canecos), tender pão (tigelas) e cultivar flores (vasos). Outra produção significativa foi a de tampas de panela e de tampas de porta de forno. Algumas figuras antropomorfas e zoomorfas, quer para as crianças brincarem, quer para enfeitar presépios, foram produzidas nos telhais” (MARTINS, 1996: 15).



FIG. 28 – Ortofotomapa da localização dos fornos da Praia da Graciosa.



FIGS. 29 e 30 – Alçado e planta do forno de telha junto ao moinho norte.

DESENHOS: Luís Borges / Magda Peres.

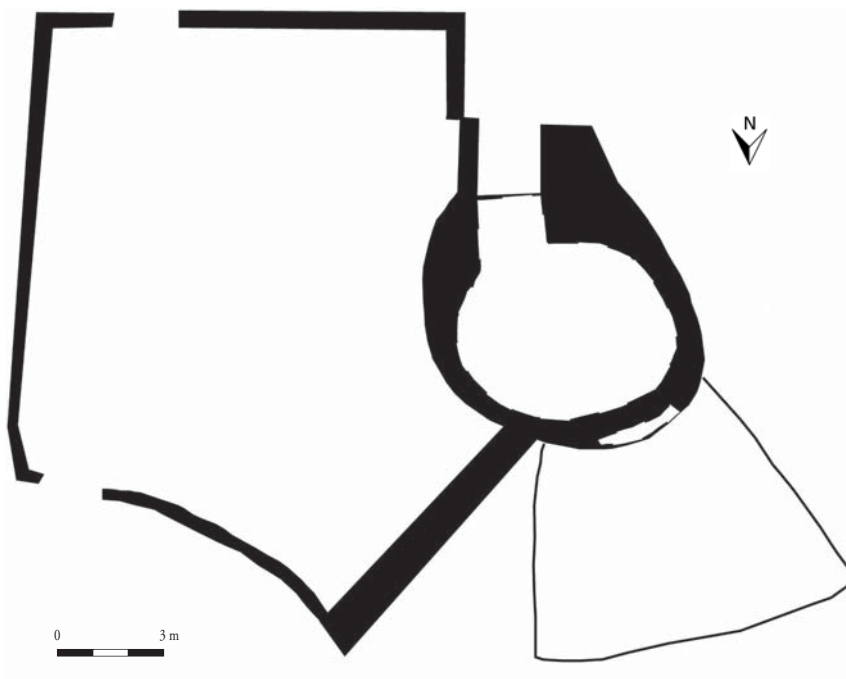
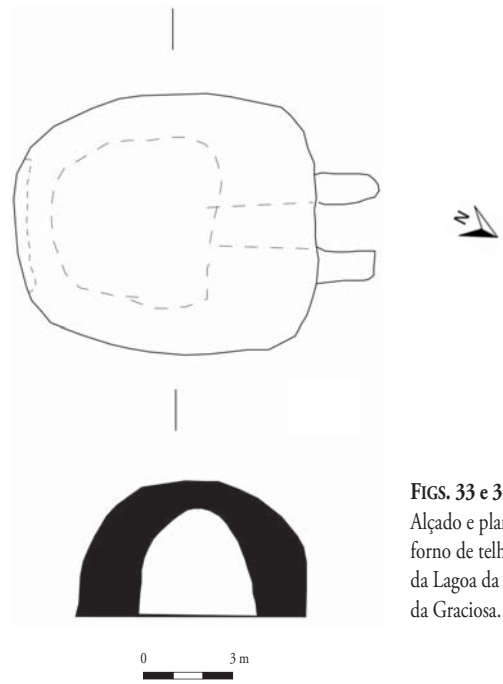
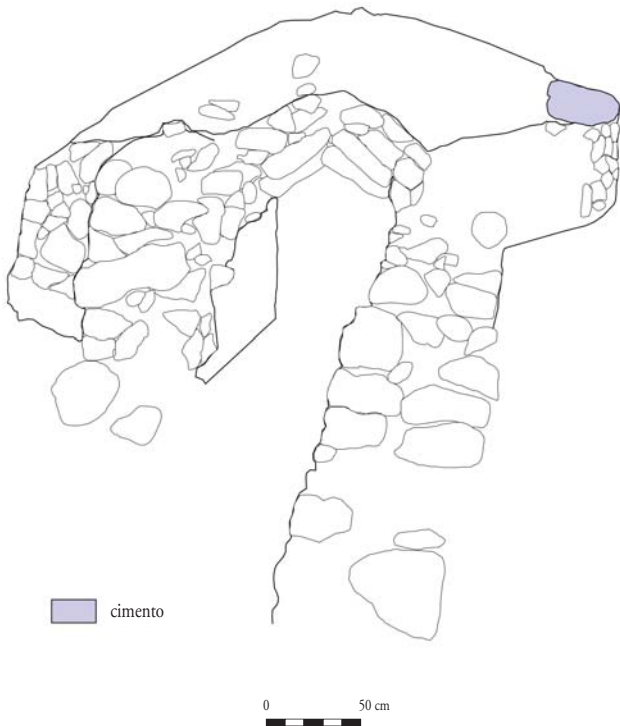


FIG. 31 – Planta do forno de telha junto ao moinho sul.

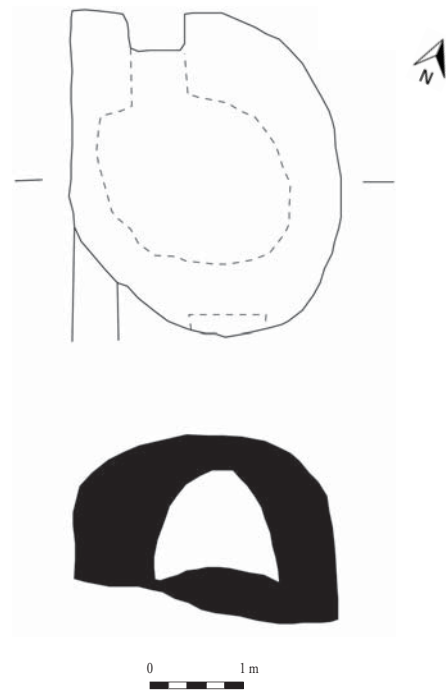
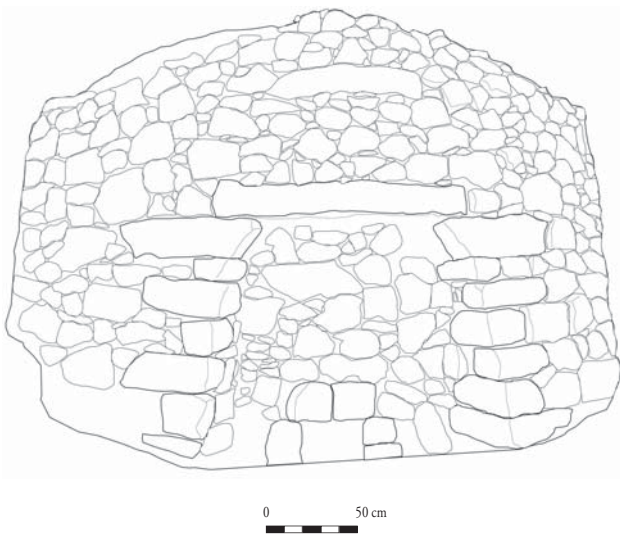


FIG. 32 – Ortofotomapa da localização dos fornos da Lagoa da Praia da Graciosa.



FIGS. 33 e 34 – Alçado e planta do forno de telha n.º 1 da Lagoa da Praia da Graciosa.

DESENHOS: Luis Borges / Magda Peres.



FIGS. 35 e 36 – Alçado e planta do forno de telha n.º 2 da Lagoa da Praia da Graciosa.

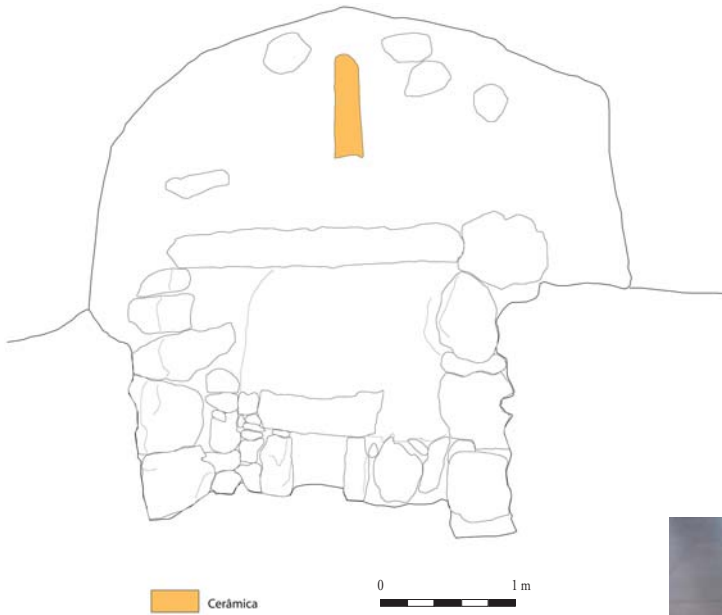


FIG. 37 – Alçado do forno de telha n.º 3 da Lagoa da Praia da Graciosa.

DESENHOS: Luís Borges / Magda Peres.

FIG. 38 – Forma de bolo. Museu da Graciosa. MG1600.

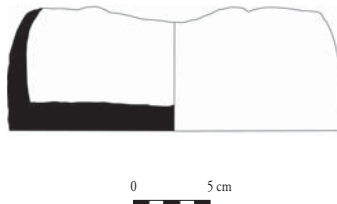


FIG. 39 – Telhas. Museu da Graciosa.

## BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Felix Jose da (1845) – *Memoria Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*. Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares. <https://purl.pt/34297>
- FERNANDES, Isabel Maria (1993) – *Cerâmica Açorina*. Barcelos: Museu da Olaria.
- FERNANDES, Isabel Maria (2009) – “Cerâmica”. In *Enciclopédia Açoriana*. Angra do Heroísmo: Universidade Católica de Lisboa e Direção Regional da Cultura. <http://pg.azores.gov.pt/dra/c/cca/enciclopedia/index.aspx> [inativo]
- FERREIRA, António de Brum (1987) – *A Ilha Graciosa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GARCIA, Eduíno Borges (1972) – “Olaria e Cerâmica das Ilhas dos Açores: notícia sobre a olaria nas ilhas do grupo central”. *O Comércio do Porto*. Ano 119, n.º 348 (1972-12-19): 16.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida (1988) – *Graciosa*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais (*Coleção Ofícios Antigos Subsistentes nas Ilhas dos Açores*, 2).
- MARTINS, Rui de Sousa (1996) – “A Produção de Cerâmica Modelada na Ilha Graciosa: Açores”. *Boletim do Museu da Ilha Graciosa*. 6: 13-54.
- MARTINS, Rui de Sousa (1999) – *A Cerâmica Modelada Feminina dos Açores: sistemas produtivos, formas de articulação e processos de mudança*. Cascais: Ed. Patrimonia (*Coleção Patrimonia Antropológica, Dissertações*).
- MATOS, Paulo Lopes (2000) – “Santa Cruz da Graciosa (1799-1850): população, grupos familiares e profissões”. *Arquipélago - História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 2.ª série. 4 (2): 257-298. <http://hdl.handle.net/10400.3/314>
- MONIZ, António Borges do Canto (1981) – *Ilha Graciosa. Descrição Histórica e Topographica*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- NETO, José Luís; BORGES, Luís e CASIMIRO, Tânia Manuel (2022) – “Intervenção Arqueológica na Rua 25 de Abril, Santa Cruz, Graciosa”. *Antrope*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. 14: 191-214. <https://tinyurl.com/mryv6zhj>
- RIBEIRO, João Adriano (1996) – “A Olaria nos Açores: elementos para o seu estudo”. *Islenha*. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais. 18: 66-76.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2000) – “As Actividades Industriais no Distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910: um mundo de possibilidades escassas”. *Arquipélago - História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 2.ª série. 4 (2): 127-186. <http://hdl.handle.net/10400.3/310>

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2025-07-18, exceto no caso sinalizado como inativo]